

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO



LEI Nº _____
DOM Nº _____
AUTÓGRAFO Nº 063/2020
PROJETO DE LEI Nº 4091/2020
AUTORIA: VER. MARCELO REIS E MAURÍCIO CARVALHO

“Dispõe sobre medidas gerais para preservar empresas e empregos no Município de Porto Velho durante o período de pandemia decorrente do novo coronavírus.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando as suas atribuições que lhe conferem o Inciso IV do artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER, que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

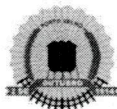
Art. 1º. Ficam prorrogados os prazos de validade, durante o período de calamidade pública decretado no âmbito do Município de Porto Velho, dos alvarás de funcionamento, de vigilância sanitária e de licença ambiental dos estabelecimentos comerciais.

Parágrafo único. A validade dos alvarás a que se refere o caput se estenderão por mais um mês, após o fim do decreto de calamidade pública, momento em que perderão definitivamente a validade.

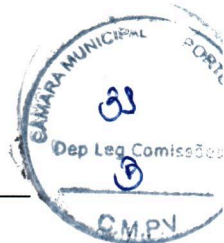
Art. 2º. Os débitos relativos às parcelas do IPTU, que vencerem durante o período de calamidade pública, serão prorrogados por 04 (quatro) meses a contar da data do seu vencimento, sendo vedada a inclusão dos respectivos débitos como dívida ativa durante o referido período.

Parágrafo único. Os débitos dispostos no caput que já foram

Edilson Negreiros
Vereador Presidente
Câmara Municipal de Porto Velho



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO



inseridos como dívida ativa deverão ser prorrogados por três meses para efetivo pagamento, sendo retirada a inscrição durante esse período, mediante solicitação do devedor.

Art. 3º. As taxas municipais pagas para a realização de eventos cancelados em função da pandemia do novo coronavírus poderão ser compensadas em relação às taxas de futuros eventos, dentro do prazo de 01 (um) ano a contar do fim do decreto de calamidade pública

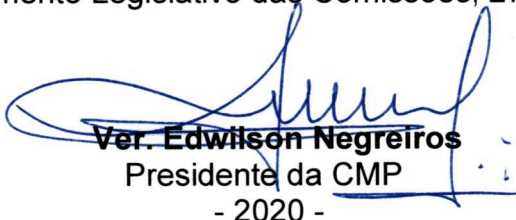
Art. 4º. Os débitos referentes ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza — ISS apurados a partir de junho de 2020 terão suas cobranças postergadas, iniciando-se a partir de 02 (dois) meses após o término de calamidade.

Art. 5º. Ficam anistiadas as multas aplicadas, pelo Município de Porto Velho, às empresas que, em razão dos decretos de isolamento social e fechamento do comércio, realizaram a abertura de seus estabelecimentos.

Parágrafo único. A anistia não se aplica às multas decorrentes da não disponibilização de insumos básicos de prevenção ao COVID-19.

Art. 6º. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Departamento Legislativo das Comissões, 27 de outubro de 2020.


Ver. Edwilson Negreiros
Presidente da CMP
- 2020 -